

**ANÁLISE DAS RELAÇÕES GEOECONÔMICAS BRASIL – CHINA
NO PERÍODO 2013 – 2023**

**ANALYSIS OF BRAZIL – CHINA GEOECONOMICS RELATIONS
IN THE PERIOD 2013 – 2023**

**ANÁLISIS DE LAS RELACIONES GEOECONÓMICAS BRASIL – CHINA
EN EL PERIODO 2013 – 2023**

Rafael Bernardo Silveira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense (IFSC)
rafael.silveira@ifc.edu.br

Otávio Cascaes Montanha

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
otaviocmontanha@gmail.com

Destques

- O objetivo principal deste trabalho é analisar o avanço das relações geoeconômicas entre o Brasil e a China partir do ano de 2013.
- Com um Produto Interno Bruto (PIB) de aproximadamente US\$ 2,1 trilhões em 2023 (BANCO MUNDIAL, 2024), o Brasil se posiciona como a nona maior economia do mundo e a primeira da América Latina.
- A China é a segunda maior economia mundial, com significativo crescimento econômico desde as reformas de 1978, desempenhando um papel crucial no comércio global e estabelecendo-se como um parceiro vital para muitas nações.
- A China é segunda maior economia mundial, com significativo crescimento econômico desde as reformas de 1978, desempenhando um papel crucial no comércio global e estabelecendo-se como um parceiro vital para muitas nações.
- A China é o principal destino das exportações brasileiras (37%) e a principal origem das suas importações (22%).

RESUMO

Com um Produto Interno Bruto de, aproximadamente, US\$ 2,1 trilhões em 2023, o Brasil se posiciona como a nona maior economia do mundo e a primeira da América Latina.

Esse resultado está diretamente relacionado ao crescimento econômico observado ao longo das últimas duas décadas quando, em apenas três ocasiões, o país apresentou crescimento negativo. Nos últimos anos, o país estabeleceu laços comerciais relevantes com a China, que se tornou sua principal parceira em importações e exportações. A China, sendo a segunda maior economia global em valores absolutos, continua seu processo de crescimento e inserção internacional alavancado, principalmente, pós o período de reformas iniciado em 1978. Desde então, o país apresentou crescimento médio do Produto Interno Bruto de, aproximadamente, 9% a.a., se postando como o principal parceiro econômico de inúmeros países e blocos econômicos. Brasil dentre eles. Este trabalho analisa o avanço das relações geoeconômicas do Brasil com a China entre os anos 2013 e 2023.

Palavras-chave: Brasil; China; Geoeconomia; Geopolítica; Relações Internacionais.

ABSTRACT

Brazil has a Gross Domestic Product of approximately US\$2.1 trillion in 2023, positioning the country as the ninth-largest economy in the world and the largest in Latin America. This result is directly related to the economic growth observed over the last decades, during which the country experienced negative growth on only three instances. Over the last fifteen years, Brazil has forged significant commercial ties with China, which has become its main partner both in imports and exports. China, being the second-largest global economy in absolute terms, continues its growth and international integration process, especially after the reforms that began in 1978. Since then, the country has maintained an average GDP growth rate of approximately 9% per year, becoming the main economic partner for numerous countries and economic blocs. In this context, this paper seeks to analyze the evolution of Brazil's geoeconomics relations with China between the years of 2013 and 2023, this period coincides with the rise to power of Chinese President Xi Jinping. For this purpose, bibliographic and documentary research methods were employed. Among the conclusions, the asymmetry of economic dependence in this relationship, which is unfavorable to Brazil, stands out.

Keywords: Brazil; China; Geoeconomics; Geopolitics; International Relations.

RESUMEN

Brasil tiene un Producto Interno Bruto de aproximadamente 2,1 billones de dólares en 2023, lo que posiciona al país como la novena economía más grande del mundo y la más grande de América Latina. Este resultado está directamente relacionado con el crecimiento económico observado durante las últimas décadas, durante las cuales el país experimentó un crecimiento negativo solo en tres ocasiones. En los últimos quince años, Brasil ha establecido importantes vínculos comerciales con China, que se ha convertido en su principal socio tanto en importaciones y exportaciones. China, siendo la segunda economía mundial en términos absolutos, continúa su proceso de crecimiento e integración internacional, especialmente después de las reformas iniciadas en 1978. Desde entonces, el país ha mantenido una tasa de crecimiento promedio del PIB de aproximadamente el 9% anual, convirtiéndose en el principal parceiro económico de



numerosos países y bloques económicos. En este contexto, este trabajo tiene como objetivo analizar el avance de las relaciones geoeconómicas de Brasil con China entre 2013 y 2023, este período coincide con la llegada al poder del presidente chino Xi Jinping. Para este propósito, se emplearon métodos de investigación bibliográfica y documental. Entre las conclusiones, destaca la asimetría de la dependencia económica en esta relación, que es desfavorable para Brasil.

Palabras clave: Brasil; China; Geoeconomía; Geopolítica; Relaciones Internacionales.

INTRODUÇÃO

A história da República Federativa do Brasil ao longo do século XXI está invariavelmente vinculada à primeira posse de Lula da Silva, em 2003, como presidente do país. A partir de sua chegada ao governo, o Brasil implementou uma série de políticas sociais e certas medidas econômicas de caráter nacionalizante que ainda formatam o país. A política externa do governo Lula mudou drasticamente em relação aos governos anteriores, priorizando a integração regional, especialmente com o fortalecimento do Mercosul, e as relações sul-sul de uma forma geral, que culminariam anos depois na criação dos BRICS e no estabelecimento de relações de proximidade com a China.

Uma série de políticas públicas e de Estado implantadas a partir de então moldariam a ação exterior do Brasil nos governos subsequentes, mesmo aqueles de evidente caráter liberal. De uma maneira geral, a política externa dos dois primeiros governos Lula da Silva focou na integração sul-sul não apenas pelo viés econômico, mas também social e cultural, buscando aproximações com nações dos continentes africano e asiático, para além da América Latina. Foram tais políticas de governo e de Estado, implantadas no início deste século, que permitiriam nas décadas seguintes o estreitamento das relações entre Brasil e China.

Em janeiro de 2011, Dilma Rousseff tomou posse como a primeira presidenta do Brasil, em um governo que, embora fosse de continuidade aos de Lula da Silva, apresentava também características próprias e, por vezes, descolada de certas medidas previamente executadas. Por um lado, o protagonismo da diplomacia presidencial diminuiu, bem como a prioridade dada aos projetos integracionistas regionais, como o Mercosul e a UNASUL, por outro lado, no entanto, o novo governo priorizou outras arenas internacionais, principalmente o BRICS e, por consequência, as relações geoeconômicas e geopolíticas com a China.



Após a reeleição de Dilma Rousseff em 2014, a direita e extrema direita brasileiras começaram a executar formas de removê-la do cargo para o qual não conseguiam chegar pela via democrática, culminando em seu impeachment em 2016 sob acusações controversas de crime contábil. Esse golpe foi parte de um movimento mais amplo de perseguição judicial contra a esquerda, incluindo a falsa condenação e prisão do ex-presidente Lula, o que impediu sua candidatura nas eleições de 2018 e levou à ascensão de Jair Bolsonaro.

Desde o golpe de 2016 e sob os governos de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022), houve um desmantelamento de várias políticas sociais implementadas durante os governos de Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), especialmente nas áreas de saúde, educação e habitação, levando o país a uma forte crise econômica e social, agravada após 2020 com a pandemia da Covid-19.

No campo das relações exteriores, ambos governos reaproximaram o Brasil dos EUA, principalmente no período em que o último era governado por Donald Trump. Contudo, apesar da forte retórica anticomunista e sinofóbica do governo Bolsonaro, em termos práticos as relações econômicas entre Brasil e China se mantiveram nos patamares anteriores, até mesmo com crescimento em alguns setores.

Com o retorno de Lula da Silva ao poder em janeiro de 2023, houve uma reorganização das relações entre ambos os países, em processo que ainda se desenvolve enquanto este estudo é realizado.

A estrutura institucional contemporânea do Estado chinês, denominada República Popular da China, origina-se da vitória da Revolução de 1949, conduzida pelo Partido Comunista Chinês (PCCh). A subsequente industrialização sob a liderança maoísta foi excepcional. As reformas iniciadas em 1978 reintroduziram características mercantis tradicionais da cultura chinesa e promoveram inovações institucionais, lançando um novo ciclo de desenvolvimento econômico que persiste até hoje, sem abdicar da centralização do poder político pelo Partido Comunista Chinês. Embora essas reformas tenham permitido a ascensão de milionários e bilionários, não lhes foi permitido organizar-se como classe dominante ou influenciar o poder político e as estruturas estatais. O Estado e o PCCh permanecem como os principais agentes do processo político.

Como consequência desses progressos, a China se tornou a segunda maior economia mundial em termos absolutos, atrás apenas dos Estados Unidos, e, ao



considerar a Paridade de Poder de Compra, já os superou. Paralelamente ao desenvolvimento econômico, o país criou uma classe média estimada em 500 milhões de pessoas e retirou cerca de 800 milhões da pobreza extrema. Através de sua diplomacia comercial, a China se posicionou como um mercado crucial tanto fornecedor quanto consumidor de uma vasta gama de produtos. Nesse contexto, sua inserção geoeconômica e geopolítica no Brasil tem se expandido de forma constante no período aqui analisado.

O objetivo principal deste trabalho é analisar o avanço das relações geoeconômicas que se desenvolvem entre o Brasil e a China a partir do ano de 2013.

O desenvolvimento deste artigo decorreu através de trabalho teórico, utilizando-se dos procedimentos de investigação de pesquisa documental e pesquisa bibliográfica, possibilitando dessa forma uma revisão da literatura existente de qualidade e de forma abrangente, dentro das limitações impostas a um trabalho teórico. Assim, quanto aos procedimentos adotados, o trabalho se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica e documental. Almeida (2011) diferencia as duas quanto ao tipo de tratamento analítico recebido. A pesquisa bibliográfica é elaborada desde material já publicado, tais como livros, artigos, periódicos, internet e outros. Já a pesquisa documental está baseada em material que ainda não recebeu tratamento analítico.

Realizada a recolha das informações, o material foi tratado seguindo a sequência: contextualização das variadas fontes – análise do material captado – síntese – considerações dos autores.

Para além desta introdução, este trabalho é dividido em três subseções: O Brasil, A República Popular da China e a Análise das relações Brasil - China no período 2013 – 2023; por fim são apresentadas as considerações finais dos autores.

A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Com um Produto Interno Bruto (PIB) de aproximadamente US\$ 2,1 trilhões em 2023 (World Bank, 2024), o Brasil se posiciona como a nona maior economia do mundo e a primeira da América Latina. Esse resultado está diretamente relacionado ao crescimento econômico observado ao longo das últimas duas décadas, nas quais, em apenas três ocasiões o país apresentou crescimento negativo. Relativamente ao período pós pandemia de Covid-19, que resultou em um decréscimo real do PIB brasileiro de 3,3% em 2020, houve uma gradativa recuperação do crescimento econômico, com taxas



de 4,8% em 2021, 3% em 2022 e 2,9% em 2023. O resultado de 2023 é fruto, dentre outros fatores, do bom desempenho do setor do agronegócio e do setor de serviços. Para o ano de 2024, o Ministério da Fazenda (2024) estima um crescimento na ordem de 2,5%, o que deve fazer o país subir de posição para a oitava maior economia mundial.

Na introdução deste trabalho registramos que a inserção do Brasil no mundo ao longo do século XXI está invariavelmente vinculada à primeira posse de Lula da Silva, em 2003, como presidente do país. Destarte este trabalho propor a análise do período temporal entre os anos de 2013 e 2023, é necessário retrocedermos mesmo antes da primeira presidência de Lula da Silva, até meados da década de 1990, para se fazer um resgate histórico da trajetória geoeconômica e geopolítica que hoje se desenvolve.

A economia mundial da segunda metade dos anos 1990 é marcada por uma sequência de crises econômicas e cambiais nos chamados “mercados emergentes”, uma nova nomenclatura para os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento que passa a ser utilizada após a fragmentação da URSS e a restauração capitalista na Rússia e demais países do leste Europeu. A partir de 1994 uma série de eventos econômicos em diferentes partes do mundo se desenvolve: a crise mexicana (1994), asiática (1997), e a russa (1998).

O Brasil sofreu as consequências das três crises acima descritas de forma mais evidente a partir de janeiro de 1999, quando teve que abandonar a política de câmbio semi-paritário implantada a partir do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998). Embora o país já apresentasse sérios problemas de ordem macroeconômica antes de 1999, os eventos externos colaboraram em demasia para acelerar e aprofundar a situação. A crise na Rússia foi a mais incisiva no processo, pois, com a moratória declarada por aquela nação, levou a um efeito cascata de gerar uma crise de confiança no mercado acerca da credibilidade dos países emergentes, conduzindo a uma fuga maciça de capitais da economia brasileira (Murta, Brasil e Samohyl, 2003).

É necessário apontar que no período que antecede tais crises, todos esses países passaram a aplicar, com maior ou menor intensidade, políticas econômicas neoliberais, oriundas do “Consenso de Washington”, tendo servido a América Latina como um importante laboratório de tal prática nefasta.

A partir dos anos 1990 os países da região são compelidos a manutenção de taxas cambiais que favorecem a entrada de produtos importados, em especial os de mais avançada tecnologia, causando uma desindustrialização generalizada, com o conseqüente desemprego. Os esforços industrializantes das décadas anteriores são desfeitos, pois, a globalização levada a cabo pelos países desenvolvidos, e no caso sul-americano em especial pelos EUA, visava



transformar toda a região em um imenso mercado consumidor de produtos importados. No final dos anos 1990 e início dos anos 2000 se estabelece a crise desse sistema incentivado ao longo da década anterior. Em muitas localidades decorrem cenários de pré convulsão social, como na Argentina em 2001, que levou à renúncia do então presidente Fernando de La Rúa, que teve que deixar a Casa Rosada (sede presidencial) em helicóptero com a população o cercando por terra, evento que sepultaria os anos de políticas neoliberais no país e abriria caminho para os governos de caráter socialdemocrata de Nestor e Cristina Kirchner (Silveira, 2021, p. 174).

Não foi apenas a Argentina que sofreu os violentos malefícios econômicos, sociais e políticos da aplicação desordenada do neoliberalismo. Em 1998, começa a crise cambial no Brasil, que foi relativamente de menor magnitude quando comparada à dos seus vizinhos, mas levou em 1999 ao fim da política de semi-paridade do real ao dólar. Em 1999 a Argentina entrou em recessão, levando à crise cambial e ao desemprego em massa em uma economia dolarizada, tendo sido o caso mais extremo da região, crise essa que perduraria até 2001 levando a derrubada do governo de Fernando de La Rúa (1999-2001) e uma instabilidade política que somente seria resolvida com a eleição de Nestor Kirchner em 2003.

O Equador entrou em crise profunda em 1999, recorrendo ao FMI e este lhe impondo ainda mais austeridade neoliberal. O Uruguai igualmente foi ao FMI em 2002, tal qual o Peru (Pozo, 2009).

Diferentemente, porém, das crises econômicas dos anos 1980, neste período os países da região não apenas estavam endividados externamente, como haviam se desfeito de grande parte do seu patrimônio público através dos programas de privatizações, haviam se desindustrializados (por conta do incentivo às importações via política cambial) e o modesto colchão de Estado de bem-estar social havia sido vítima do desmonte neoliberal. Em suma, a crise do final dos anos 1990 e início dos anos 2000 era mais severa que as das décadas anteriores e dentre as consequências promoveriam a alteração da ordem político-econômica regional, que no caso brasileiro levaria a eleição de Lula da Silva como presidente, sob uma plataforma de centro-esquerda.

Um momento de suma importância, não apenas para o Brasil, mas para toda a região, foi o encontro presidencial entre Nestor Kirchner (Argentina) e Lula da Silva (Brasil) em outubro de 2003, onde os chefes de Estado firmaram um documento denominado “Consenso de Buenos Aires”. A nomenclatura não foi obra do acaso, mas sim para se contrapor explicitamente ao “Consenso de Washington”.



O Consenso de Buenos Aires salientou o compromisso de Argentina e Brasil em “intensificar a cooperação bilateral e regional com vistas a garantir a todos os cidadãos o pleno usufruto de seus direitos e liberdades fundamentais, incluindo o direito ao desenvolvimento, em um âmbito de liberdade e justiça social” (Folha de São Paulo, 2003).

Essa ação de política exterior do novo governo brasileiro veio alinhada a novas diretrizes econômicas internas, de superação, ainda que de forma tímida e gradativa, da ordem neoliberal imposta na década anterior. O Brasil, sob a presidência de Lula da Silva, implementaria uma série de políticas sociais e certas medidas econômicas de caráter nacionalizante que formatam o país até os dias atuais, a despeito de evidentes retrocessos ocorridos entre 2016 e 2022 sob os governos neoliberais de Michel Temer e Jair Bolsonaro.

Para além da política econômica e social interna, a política externa do governo Lula mudou drasticamente em relação aos governos anteriores, priorizando a integração regional, especialmente com o fortalecimento do Mercosul e as relações sul-sul de uma forma geral, que culminariam anos depois na criação dos BRICS e no estabelecimento relações de proximidade com a China, que entre 2009 e 2010 assumiria a posição de principal parceiro econômico do país, tomando o lugar que os EUA ocupavam havia quase setenta anos.

O Brasil, enquanto país com maior território, economia e população da região, passou a associar o seu destino e dos seus vizinhos como uma realidade interdependente e de respeito mútuo, surgiram e se consolidaram outras experiências integracionistas, tais como a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), a União das Nações Sul-americanas (UNASUL) e a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC) (Arroyo, 2015; Fiori, 2014). Destarte cada um desses projetos terem agendas e perfis próprios e, por vezes, antagônicos entre si, todos tinham em comum o objetivo de fortalecimento das relações sul-sul e da necessidade de desenvolvimento não subordinado aos países do centro do sistema capitalista.

No caso brasileiro, uma série de políticas públicas e de Estado foram implantadas ao longo dos dois mandatos presidências de Lula da Silva, reformatando inclusive a ação exterior do Brasil nos governos subsequentes, mesmo aqueles de evidente caráter liberal. De uma maneira geral, a política externa dos dois primeiros



governos Lula da Silva (2003-2010) focou na integração sul-sul não apenas pelo viés econômico, mas também social e cultural, buscando aproximações com nações dos continentes africano e asiático, para além da América Latina.

A política externa do Brasil, contudo, faz um giro de 360° em relação aos governos anteriores, passando a priorizar a integração regional não mais apenas pelo viés econômico, e, a alavancar uma série de relações sul-sul geopolítico. Uma das grandes prioridades da política externa do governo Lula foi o aprofundamento das relações do Brasil com os países vizinhos. Desde o início do governo, a integração sul-americana consolidou-se como um dos principais eixos de atuação da política exterior, tendo sido inserida em um novo modelo de regionalismo, mais voltado para a concertação política e para a interlocução entre os países, passando por temas sociais e energia, indo além do tradicionalismo da integração restrita ao âmbito econômico-comercial. A materialização desse novo arranjo regional expressou-se, durante o primeiro mandato de Lula, sobretudo por meio das ideias dos principais formuladores da política exterior, como Celso Amorim, Samuel Pinheiro Guimarães e Marco Aurélio Garcia, que, entre outras iniciativas, possibilitaram o avanço da Comunidade Sul-americana de Nações (Casa) e da UNASUL. Nesse contexto, deve-se destacar a forte presença da diplomacia presidencial, em que o presidente Lula teve papel muito importante para a evolução do processo de integração, tratando a integração da América do Sul (e da América Latina como um todo) como um projeto político, buscando inserir o Brasil como protagonista em todos os arranjos institucionais (Leão, 2016, p. 8).

A partir dos anos 2010 o panorama econômico e geopolítico começou a se transformar, enfraquecendo gradualmente os esforços de desenvolvimento econômico não apenas do Brasil, mas também de toda a região. Economicamente, a prolongada crise capitalista de 2008/2009, que o país havia superado de maneira relativamente rápida e satisfatória, resultou na redução das exportações a partir de 2011/2012, além da queda nos preços das commodities no mercado global, enfraquecendo os principais produtos de exportação do Brasil.

Em janeiro de 2011, Dilma Rousseff tomou posse como a primeira presidenta do Brasil, em um governo que embora fosse de continuidade aos de Lula da Silva, apresentava também características próprias, e, por vezes, descolada de certas medidas previamente executadas. Por um lado, o protagonismo da diplomacia presidencial diminuiu, bem como a prioridade dada aos projetos integracionistas regionais, como o Mercosul e a UNASUL, por outro lado, no entanto, o novo governo priorizou outras arenas internacionais, principalmente o BRICS, e, por consequência, as relações geoeconômicas e geopolíticas com a China.

As alterações de ordem econômica que se desenvolvem a partir dessa nova década logo teriam reflexos também no cenário político interno da região. Depois do



longo ciclo de vitórias da esquerda na década anterior, o direitista Sebastian Piñera seria eleito no Chile em 2010, interrompendo o ciclo de vitórias progressistas na região. Mesmo em países em que houve a continuidade dos partidos progressistas no poder, decorreram alterações nas políticas econômicas, como foi o caso do governo de Dilma Rousseff (2011-2016).

Após a reeleição de Dilma Rousseff em 2014, a direita e extrema-direita brasileira começaram a executar ações para removê-la do cargo para o qual não conseguiam chegar pela via democrática liberal, culminando em seu “impeachment” em 2016 sob acusações fabricadas de crime contábil. Esse golpe parlamentar foi parte de um movimento mais amplo de perseguição judicial contra a esquerda não apenas brasileira, mas de toda a região, incluindo a falsa condenação e prisão do ex-presidente Lula, o que impediu sua candidatura nas eleições de 2018 e levou à ascensão de Jair Bolsonaro.

Conforme já mencionado, a mudança no cenário político de decorre a partir da metade da década de 2010 não foi exclusividade do Brasil. Primeiramente há, ainda em 2009, um golpe de Estado no modelo tradicional em Honduras, que depõe o presidente Manuel Zelaya, sequestrado por forças militares do país que o exilam na vizinha El Salvador. Embora tenha sido um evento de importância localizada, abriria as portas para uma série de intervenções posteriores. Em 2012, o congresso paraguaio, dominado pela oposição de direita ao presidente Fernando Lugo, cassa seu mandato em um processo supostamente institucionalizado, que durou menos de 48 horas. Tratou-se de um novo modelo de golpe, sem a presença das forças armadas na rua, e sim atuando por vias supostamente legais, com a cobertura midiática necessária para legitimar tal ação (Fiori, 2011).

O uso de golpes híbridos e do *lawfare* se alastra por toda a América Latina. Tal estratégia, de golpes parlamentares ou “híbrido” é mais antiga do que a sua prática a partir dos anos 2010. Mier (2017) esclarece que a estratégia foi formulada ainda no início dos anos 2000, no denominado Projeto Gênesis da CIA. O objetivo da CIA era de fomentar um “golpe suave” em Cuba, utilizando um aplicativo, parecido com Twitter, para gerar descontentamento com o governo cubano e, através do financiamento e capacitação para artistas, estudantes e professores (utilizando-se de ONG’s) criar um partido de oposição de falsa esquerda. Tal tática seria praticada, parcial ou totalmente, na Venezuela, Irã e Líbia (nesta última com sucesso). Uma estratégia-chave do “golpe



suave” é solapar os pilares de um governo até que ele imploda, gerando caos, deixando a impressão de que o governo havia sido derrubado por seu próprio demérito, e não a partir de uma ação coordenada interna e externamente.

As motivações dos EUA para derrubar os governos de esquerda da América Latina eram e são múltiplas: perda de mercado para a China; nacionalização dos hidrocarbonetos (Argentina, Bolívia, Venezuela); a descobertas das megas reservas de petróleo nas camadas de pré-sal no Brasil; os projetos de integração do Mercosul, UNASUL e CELAC, que gradativamente esvaziavam o poder de intervenção dos EUA na política interna dos países latinos; o avanço da Argentina e Brasil (principalmente) no comércio exterior com África e Ásia, avanço esse que se deu além das *commodities* agregando setores como a construção civil, engenharia petrolífera e aviação (Silveira, 2021).

A autodenominada operação “Laja Jato” brasileira, e seus tentáculos pela região, não se restringiriam ao âmbito da perseguição política, ocasionando um complexo e acelerado processo de desmonte, desnacionalização, desestruturação produtiva das economias nacionais e o reforço da hegemonia das atividades financeiras no processo de acumulação, reabrindo mercados para empresas dos EUA na América Latina, Ásia e África (Fernandes, 2019). A reação da direita e extrema-direita tinham como objetivo a restauração da ordem neoliberal que havia sido revista na década e meia anterior.

No Brasil, desde o golpe parlamentar de 2016 e sob os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, houve um dismantelamento de várias políticas econômicas e sociais implementadas durante os governos de Lula da Silva e Dilma Roussef, especialmente nas áreas de saúde, educação e habitação, levando o país de uma forte crise econômica e social, agravada após 2020 com a pandemia da Covid-19.

No campo das relações exteriores, ambos governos reaproximaram o Brasil dos EUA, contudo as relações econômicas entre Brasil e China se mantiveram nos patamares anteriores, até mesmo com crescimento em alguns setores.

Com o retorno de Lula da Silva ao poder em janeiro de 2023, há uma reorganização das relações entre ambos os países, em processo que ainda se desenvolve enquanto este estudo é realizado. Contudo, o terceiro governo Lula da Silva enfrenta desafios diferentes aqueles dos seus dois primeiros mandatos.



O primeiro, de caráter interno, diz respeito a correlação de forças no Congresso Nacional, dominado amplamente por partidos de direita e extrema-direita, que tudo fazem para impedir a aplicação do programa político referendado nas urnas. Há também forte oposição na mídia hegemônica contra o atual governo.

O segundo, é um cenário externo muito mais delicado do que aquele do início dos anos 2000. No campo econômico a China se tornou uma ameaça real a supremacia dos EUA, tendo avançado tanto quantitativamente como qualitativamente. O país já superou os EUA enquanto principal economia mundial quando avaliado o PIB por Paridade de Poder de Compra. Para além disso, a China caminha a passos largos para alcançar sua soberania tecnológica. No plano político, os EUA têm gradativamente avançado nas provocações no Mar do Sul da China e no Estreito de Taiwan. Relativamente a Rússia, importante parceiro econômico do Brasil e integrante dos BRICS, as relações entre esta e os EUA atingiram seu pior nível desde o final da Guerra Fria, com um conflito por procuração decorrendo no território da Ucrânia desde fevereiro de 2022.

Nesse novo e complexo cenário que o governo Lula da Silva busca reinserir o Brasil enquanto protagonista econômico e geopolítico, ao mesmo tempo em que precisa atuar internamente contra uma extrema-direita organizada e raivosa para qualquer projeto que vise o desenvolvimento soberano do país e a aplicação de políticas de desenvolvimento social.

A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

A estrutura institucional contemporânea do Estado chinês, denominada República Popular da China, origina-se da vitória da Revolução de 1949, conduzida pelo Partido Comunista Chinês (PCCh). A experiência do PCCh enquanto gestor estatal, contudo, não inicia apenas em 1949, uma vez que desde os anos 1920 regiões relevantes do território chinês já eram administradas pelo partido. A fundação da República Popular da China foi, portanto, também um processo de unificação territorial do país sob um único governo central, de caráter socialista (Silveira, 2023).

Os estudos ocidentais sobre o período maoísta chinês (1949-1978) têm a tendência, mesmo entre setores intelectuais progressistas, em retratar a China como um país em situação de atraso econômico, social e principalmente tecnológico, conforme



apontam Fairbank (1992) e Spence (1990). Tais afirmações carecem de uma análise mais detalhada de qual foi o ponto de partida do governo revolucionário quando do final da unificação em 1949, ignorando que avanços consistentes que decorrem a partir de então.

Nogueira (2019), por outro lado, advoga que as primeiras décadas pós-revolução foram eficazes em estruturar a base que possibilitaria os extraordinários avanços sociais e econômicos que decorrem a partir do final dos anos 1970:

O legado da era maoísta parece ser um dos elementos mais superficialmente tratados pela literatura anglo-saxã, que predomina no Ocidente, sobre a trajetória de desenvolvimento recente da China. A caracterização histórica mais comum é de que o Partido Comunista Chinês (PCC), sob a liderança de Mao Tsé-tung, contribuiu para o desenvolvimento até a Revolução Comunista de 1949 – expulsando os japoneses, eliminando a possibilidade de enclaves ocidentais remanescentes e extinguindo o autóctone regime do Kuomintang – , bem como durante a reconstrução do pós-guerra e os anos iniciais que englobam o primeiro plano quinquenal (1953-57). E teria passado, então, a uma sequência de atitudes destrutivas e políticas catastróficas como o Grande Salto Adiante e a Revolução Cultural. A emergência chinesa e seu rápido caminho “de volta ao centro” teriam, portanto, recomeçado com as quatro modernizações, lançadas pelo “pragmático” Deng Xiaoping, a partir de 1978 (Nogueira, 2019, p. 2).

A China pré 1949 era uma nação eminentemente rural, cuja estrutura produtiva era essencialmente agrária e a pequena atividade industrial era formada por indústrias leves, a maioria de capital estrangeiro e concentradas em poucas cidades do nordeste ou próximas à costa, onde estrangeiros autodeclararam privilégios especiais a partir das Guerras do Ópio (1839-1942 e 1856-1960) e da ocupação japonesa (1931-1945) (Silveira, 2023).

A China dos anos iniciais pós-revolução se estrutura em um modelo inspirado pelo planejamento centralizado soviético, com a priorização da industrialização pesada, o estabelecimento de planos quinquenais e um intenso intercâmbio tecnológico e técnico com a URSS entre o início da década de 1950 e o ano de 1960, quando decorre o cisma no campo socialista e o governo de Nikita Khrushchov (1953-1964) retira aproximadamente 10 mil profissionais altamente qualificados das mais diversas áreas do país (Bernstein, 2017). Dessa forma, a partir do início dos anos 1960 até o início das reformas, o processo de industrialização e desenvolvimento tecnológico chinês se alicerça em base essencialmente nacional.

Outra medida relevante do governo pós-revolução de 1949 foi o estabelecimento de um rígido controle do sistema bancário e fiscal, que possibilitaram



combater a inflação e garantir influência sobre a fatia privada da economia, que era ainda existente e significativa. De acordo com Lardy (1983) e Riskin (1987), no período entre 1949-1952 a produção industrial e agrícola recuperou os níveis de pico do pré-guerra, com crescimento de quase 50% ao ano na produção de bens de capital e de 30% nos bens de consumo.

Em síntese, há uma extraordinária industrialização ao longo do período maoísta, mesmo após o afastamento da URSS, a produção per capita real triplicou nas três décadas entre 1952 e 1981 e a fatia da indústria no produto nacional saiu de 9,9% em 1952 para 34,7% em 1979, sendo que avançaria ainda mais no período pós-reformas (Lardy, 1983).

Este resgate sobre a economia industrial chinesa antes das reformas econômicas teve dois objetivos principais: desmistificar a visão de que a China era um país atrasado e predominantemente agrícola durante esse período, e, explicar a base estrutural que permitiu a implementação das reformas econômicas sob a liderança de Deng Xiaoping a partir de 1978.

O falecimento de Mao e a subsequente ascensão ao poder do grupo liderado por Deng Xiaoping possibilitaram a implementação das reformas econômicas a partir de 1978, com o objetivo de revitalizar a economia chinesa.

Deng Xiaoping teve o mérito histórico de entender que o socialismo nada tinha a ver com a distribuição mais ou menos igualitária de pobreza e privação, mas justamente ao contrário, trata-se de criar condições materiais para a distribuição da riqueza entre o povo (Losurdo, 2017).

A menos que você esteja desenvolvendo as forças produtivas e elevando o padrão de vida das pessoas, não pode dizer que está construindo o socialismo". [...] não pode haver comunismo com pauperismo ou socialismo com pauperismo. Então, tornar-se rico não é pecado (Xiaoping: 1992 [2011], p. 122).

O lançamento das reformas econômicas em 1978 coincide com uma série de eventos de importância mundial: a perda de espaço econômico e político norte-americano, a ascensão econômica alemã e japonesa, a derrota militar dos EUA no Vietnã e a crescente perda de influência no terceiro mundo. Fator determinante para a realização das reformas econômicas residia, também, na percepção de atraso do país em relação aos Estados



Desenvolvimentistas ao seu redor, incluindo as duas grandes pendências históricas da China pós-1949, Hong Kong e Taiwan (Jabbour, 2019).

A partir de 1978, a China implementou reformas que reintroduziram a tradicional característica mercantil de sua cultura, juntamente com outras inovações institucionais. Isso marcou o início de um novo ciclo de desenvolvimento econômico que ainda está em andamento. No entanto, o país manteve a gestão centralizada do poder político sob o Partido Comunista Chinês. Embora essas reformas tenham possibilitado o surgimento de milionários e bilionários na China, eles não foram autorizados a se organizar como uma classe nem a exercer poder político ou controle sobre as estruturas estatais. O Estado e o PCCh continuaram como os principais condutores do processo político.

As reformas econômicas na China começaram pelo setor agrícola, não pelo industrial. Foram estabelecidos “contratos de responsabilidade entre as famílias camponesas e o Estado”, que incluíam cotas de produção a serem entregues ao governo. Após cumprirem essas cotas, as famílias tinham permissão para comercializar o excedente produzido. Como resultado dessa política, em 1984, a produção de cereais atingiu o recorde de 407,3 milhões de toneladas, um aumento de 33,6% em relação à colheita de 1978 (Rong *et al.*, 1992; Jabbour, 2019).

De acordo com Jabbour e Dantas (2017), o aquecimento do setor primário da economia nos primeiros anos das reformas teve repercussões políticas e estratégicas significativas, embora pouco percebidas. É difícil não relacionar o amplo apoio das bases rurais ao regime com a manutenção e legitimação do Partido Comunista Chinês (PCCh) durante o colapso da União Soviética, o fim das experiências do Leste Europeu e as agitações que abalaram Pequim entre maio e junho de 1989. As reformas rurais estabeleceram uma base política sólida para o projeto estratégico das Quatro Modernizações (agricultura, indústria, ciência e tecnologia e defesa nacional) anunciadas por Zhou Enlai em 1974. Isso estava em plena consonância com o “Socialismo com Características Chinesas”, lançado por Deng Xiaoping no XII Congresso do PCCh em 1982.

A partir da década de 1990, a China intensificou a abertura de seu mercado conforme seus próprios moldes, superando em intensidade e crescimento os anos anteriores. Ao final dessa década, a paisagem industrial havia sido significativamente



transformada por uma ampla reestruturação das empresas estatais. Em 1996, o setor estatal ainda era responsável pela maior parte dos postos de trabalho nas áreas urbanas. No entanto, a partir de 1997, os funcionários provinciais receberam autorização para dispor da maioria das estatais conforme julgassem adequado, podendo fechá-las, reestruturá-las ou privatizá-las. Assim, por volta de 2004, os postos de trabalho nas empresas privadas representavam quase o dobro daqueles no setor público. Sob a política de “conservar o grande e descartar o pequeno”, o Estado manteve o controle sobre os setores considerados estratégicos para a economia: energia, metalurgia, armamentos e telecomunicações (Anderson, 2018).

A partir da virada do século XX para o XXI, a economia chinesa expande-se ainda mais, aumentando sua capacidade de influenciar os destinos de outras regiões do globo por meio de uma estratégia de softpower que impactou toda a geoeconomia e a geopolítica, elevando o país à condição de potência mundial rivalizando com os EUA. Em síntese, no campo econômico, a China deixou gradualmente de ser uma mera replicadora de tecnologias externas e uma maquiladora para se posicionar na vanguarda da inovação científica em diversos setores.

O avanço do setor privado durante todo o período pós-1978 teve contrapartida na ação estatal em outros patamares: da instalação de Zonas Econômicas Especiais à planificação do comércio exterior; da elaboração de políticas industriais que contemplariam o deslocamento da pauta de exportações de produtos intensivos em mão de obra a outra mais intensiva em capital; da formação de um poderoso sistema financeiro estatal à formação de 149 conglomerados empresariais estatais. Um amplo avanço de setor privado na economia não prescindiu da formação de um novo e poderoso setor estatal, notadamente a partir da década de 1990, pois as liberalizações na China sempre são seguidas de atuação estatal em outro patamar (Paula e Jabbour, 2017).

Destarte a importância das transformações institucionais favorecedoras do mercado e da descentralização das decisões de investimento, o Estado chinês preservou amplo controle sobre os investimentos na indústria pesada por meio das empresas estatais e dos bancos públicos, ampla coordenação do processo do desenvolvimento por meio de planos quinquenais, controle sobre preços básicos e, em particular, sobre os fluxos financeiros externos (Medeiros, 2013).



Essas características tornaram o país singular em relação aos múltiplos tipos de propriedade existentes: estatal, privada nacional, estrangeira e cooperativa, além das diversas subvariações resultantes das parcerias estabelecidas entre elas.

As transformações econômicas e sociais na China, geralmente divididas entre os períodos pré e pós-1978, são, na verdade, muito mais complexas. Medeiros (2013) periodiza tais mudanças da seguinte forma:

- 1949-1958: coletivização das terras;
- 1958- 1966: grande salto da indústria pesada;
- 1966-1978: revolução cultural;
- 1978- 1991: introdução do sistema de responsabilidade familiar e abertura externa;
- 1991-2001: aprofundamento das reformas liberalizantes, diversificação das exportações, expansão da indústria pesada;
- 2001-2009: investimento da infraestrutura e indústria pesada.

Tal periodização nos parece mais apurada e realista do que a mera divisão entre antes e depois das reformas de 1978. Para além de análise de Medeiros (2013), compreendemos que, a partir de 2009, inicia-se uma nova etapa nas transformações econômicas e sociais da China, ainda sob a presidência de Hu Jintao, e que foi aprofundada com a ascensão de Xi Jinping ao poder. A partir de então, observa-se uma lenta diminuição do crescimento do PIB chinês ano após ano. Enquanto em 2010 o crescimento foi de 10,6%, em 2023 foi de 5,2% (World Bank, 2024).

A diminuição do ritmo do crescimento da economia chinesa não significa, contudo, que o país tenda a entrar em um período de estagnação ou de menor desenvolvimento. Pelo contrário, se observa que a estratégia do Estado chinês tem sido a do crescimento qualitativo de sua economia em face do crescimento quantitativo, aliado a busca por soberania tecnológica em áreas sensíveis, em especial a dos semicondutores.

Uma forma de se observar a mudança qualitativa, é a análise do setor de vanguarda tecnológica, sua participação no total da economia e a comparação com outras potências econômicas. No caso chinês, está evidenciado que a diminuição do ritmo de crescimento do PIB veio acompanhada de transformações da estrutura industrial chinesa,



que avançou em busca da soberania tecnológica, em parte fruto das sanções ocidentais a partir de 2017, deixando de ser mera replicadora de tecnologia ocidental.

Como resultado, desde 2018 o país tem liderado o pedido de patentes internacionais, tomando uma posição que pertencia aos EUA havia décadas (World Intellectual Property, 2022). O Índice Global de Inovação 2023 destaca que desde 2018 a companhia chinesa Huawei Technologies lidera o posto de empresa com maior aplicação de novas patentes, seguida Samsung Electronics da Coreia do Sul e da Qualcomm Inc. dos Estados Unidos.

A partir do processo de reformas e das inovações institucionais e econômicas da China nas últimas quatro décadas, o crescimento médio do Produto Interno Bruto (PIB) no período de 1978 a 2023 foi de 9,02% a.a., ao mesmo tempo em que a renda per capita passou de aproximadamente US\$ 250 em 1980 para aproximadamente US\$ 12.700 em 2023. Em termos absolutos a China alcançou o posto de segunda maior economia do mundo, atrás apenas dos EUA, e quando analisado através da Paridade de Poder de Compra já superou este desse o ano de 2016 (World Bank, 2024).

As diversas inovações ocorridas na China a partir de 1978, e aceleradas desde 1990 com a implementação de sucessivas ondas de inovações institucionais, trouxeram para a literatura controvérsias sobre qual é o sistema econômico e político vigente no país, especialmente a partir de 1991 com o desmantelamento da URSS e fim da experiência do socialismo real do século XX, quando o chamado ocidente busca propalar o capitalismo neoliberal como a única alternativa existente. Diversos autores passam então conceituar como o sistema chinês seria denominado, sendo que destacamos aqui quatro das mais utilizadas nomenclaturas:

- Capitalismo de Estado (Naughton e Tsai, 2015)
- Neoliberalismo com características chinesas (Harvey, 2005)
- Desenvolvimentismo com características chinesas (Medeiros, 2022)
- Socialismo com características chinesas (Losurdo, 2017, Gabriele, 2020)
- Socialismo de mercado (Jabbour *et. al.*, 2020)

Não é o objetivo central deste artigo se debruçar sobre a conceitualização do sistema econômico chinês, contudo, estes autores se alinham com a concepção de que na China se estrutura uma nova formação econômico e social, cuja denominação de “socialismo de mercado” nos parece a mais próxima da realidade concreta posta.



O assim denominado “socialismo de mercado”, deriva das múltiplas inovações institucionais implantadas na China a partir de 1978, fruto do que Jabbour, Dantas e Espíndola definem como a Nova Economia do Projeto.

A Nova Economia do Projeto representa um avanço teórico e prático no campo do desenvolvimento econômico, especialmente no contexto chinês. Este conceito busca elevar o papel da razão sobre o processo de produção, reconhecendo a importância do setor público, a planificação central, a soberania monetária e a “destruição criativa” como elementos fundamentais. Além disso, evidencia-se um “pacto tácito de adesão” como um acordo implícito entre o Estado e a sociedade, visando melhorias nos padrões de vida em troca de apoio ao modelo econômico e político vigente. Em resumo, a Nova Economia do Projeto na China representa uma resposta histórica aos desequilíbrios surgidos nas últimas décadas, promovendo o empoderamento do setor estatal, a redução das desigualdades e a busca por um estado de bem-estar social com características chinesas (Jabbour *et al.*, 2020).

A partir do início do ano de 2020, com a ocorrência da pandemia da Covid-19, se constatou que o socialismo de mercado chinês, fruto da Nova Economia do Projeto, explicitou suas diferenças com o mundo capitalista. O poder de ação do Estado chinês no atendimento à saúde e a imposição da preservação de vidas sobre o lucro estabeleceu uma brutal diferença da China para com as demais nações do planeta. Para além da priorização das vidas sobre o lucro, a China foi dentre as principais economias do mundo aquela que mais rapidamente se recuperou das consequências da pandemia, fruto do poder de intervenção do Estado nas mais variadas formas nos diferentes setores da sociedade (Silveira, 2023).

Na presente conjuntura econômica, a China por meio do seu sistema econômico único, se encontra virtualmente onipresente em todo o mundo, atuando como protagonista em diversas cadeias produtivas. Evidentemente isso se reproduz nas suas relações econômicas com o Brasil, tanto a nível de trocas comerciais como na destinação de investimentos produtivos diretos, conforme se analisa na terceira parte deste artigo.

AS RELAÇÕES GEOECONÔMICAS BRASIL - CHINA

As relações políticas e econômicas sino-brasileiras contemporânea completaram 50 anos em 2024. O reconhecimento diplomático da República Popular da



China pelo Estado brasileiro foi resultado da diplomacia “pragmática” de Ernesto Geisel (1974-79) (Muller, 2019; Azevedo, 2020). Desde então, as relações comerciais entre os países cresceram significativamente, em especial a partir da entrada do país asiático na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, catapultando a sua participação na economia mundial.

Nos anos 2000, a demanda global por matérias-primas, estimulada pelo intenso crescimento da economia chinesa entre 2003-2011 (10,8% a.a.), elevou o preço das *commodities* no mercado internacional (World Bank, 2024). Para suprir a demanda do mercado chinês, o Brasil tornou-se um relevante parceiro comercial da China. Em decorrência disto, o processo de reprimarização da pauta exportadora brasileira – iniciada com a ascensão de governos neoliberais na década de 1990 – acelerou-se (Lamoso, 2020). O domínio dos produtos industrializados nas exportações do país sul-americano – construído no período desenvolvimentista (1930-1980) – foi suplantado pelos bens primários em 2010 (COMEXSTAT, 2024). Não obstante, ampliou-se a participação de *commodities* (em especial soja, minério de ferro e petróleo cru) na balança comercial brasileira entre 2006 e 2013, sendo a China o principal destino.

A soja, que representava US\$ 5,66 bilhões (4,1%) das exportações brasileiras em 2006, alcançou US\$ 22,8 bilhões (9,3%) em 2013. Ao tempo em que o minério de ferro saltou de US\$ 8,95 bilhões (6,5%) para US\$ 32,5 bilhões (13%) e o petróleo cru de US\$ 6,89 bilhões (5%) para US\$ 13 bilhões (5,4%). Salienta-se que 42,93% da soja exportava destinava-se a China em 2006, alcançando 75% em 2013. O minério de ferro, por sua vez, subiu de 29,38% para 48,92%, enquanto o petróleo cru foi de 12,13% para 31% no mesmo período (COMEXSTAT, 2024).

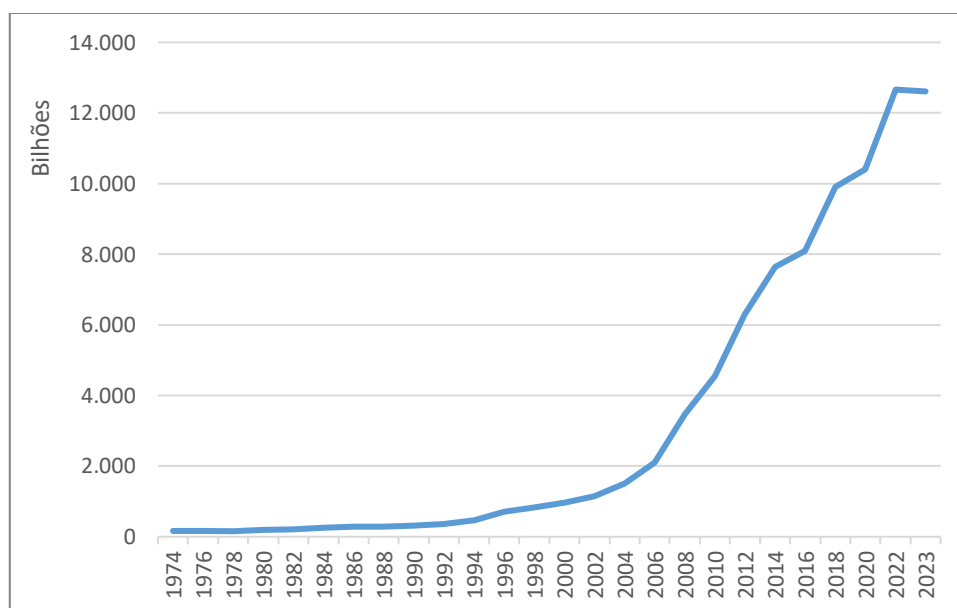
Destaca-se que, a partir da crise financeira global de 2008-2009, a China tornou-se o principal parceiro comercial do Brasil. O volume de exportações e importações brasileiras para os Estados Unidos, até então o maior parceiro do Brasil, decaíram de US\$ 53 bilhões em 2008 para US\$ 35,6 bilhões em 2009, o que representa uma variação negativa de 32,83%. Em concomitância, as trocas comerciais com o país asiático cresceram 1,10%, ou seja, de US\$ 36,5 bilhões em 2008 para US\$ 36,9 bilhões em 2009, mas foram suficientes para alçá-lo à principal parceiro do Brasil (COMEXSTAT, 2024).



Em relação aos Investimentos Externos Diretos (IEDs) da China no Brasil, estes passaram a ter relevância em número de projetos e valores aportados no biênio 2010-2011. Conforme Frischtak, Soares e O’Conort (2013, p.19), o objetivo das aplicações chinesas era garantir “o fornecimento de longo prazo de commodities e, também, implementar uma estratégia de busca de mercado no setor industrial com potencial para o estabelecimento de uma plataforma de exportação no Brasil orientada para a América Latina”.

A estratégia delineada acima fez parte da política *Going Global*, endossada no décimo (2001-2005) e décimo primeiro (2006-2010) planos quinquenais da RPC, bem como no 16º Congresso do PCCh (2002). A *Going Global* caracterizou-se pelo processo de internacionalização das empresas chinesas, conferindo novo rumo à política externa do país (Jabbour, 2010; Frischtak, Soares e O’Conort, 2013). Esta política, junto ao ingresso da China na OMC, catapultou a presença do país asiático no mercado internacional a partir dos anos 2000, quando se observou um aumento exponencial no fluxo de saída de IEDs de origem chinesa para o exterior, conforme retratado no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Investimento Externo Direto saídas líquidas (US\$ corrente) da China (1974-2023).



Fonte: World Bank (2024).
Elaborado pelos autores (2024).



A partir de então, a relação comercial sino-brasileira tem sido marcada por um desequilíbrio, onde o Brasil exporta principalmente *commodities* e importa produtos industrializados e de maior valor agregado da China. O governo brasileiro, sob o comando do presidente Lula da Silva, tomou várias iniciativas para reverter a assimetria na balança comercial com o gigante asiático. A “Agenda China” (2008), por exemplo, objetivou aumentar a participação de produtos industriais no comércio Brasil-China (Brasil, 2008). Entretanto, as estratégias governamentais não surtiram efeito desejado e o país continuou rumo à especialização primário-exportadora.

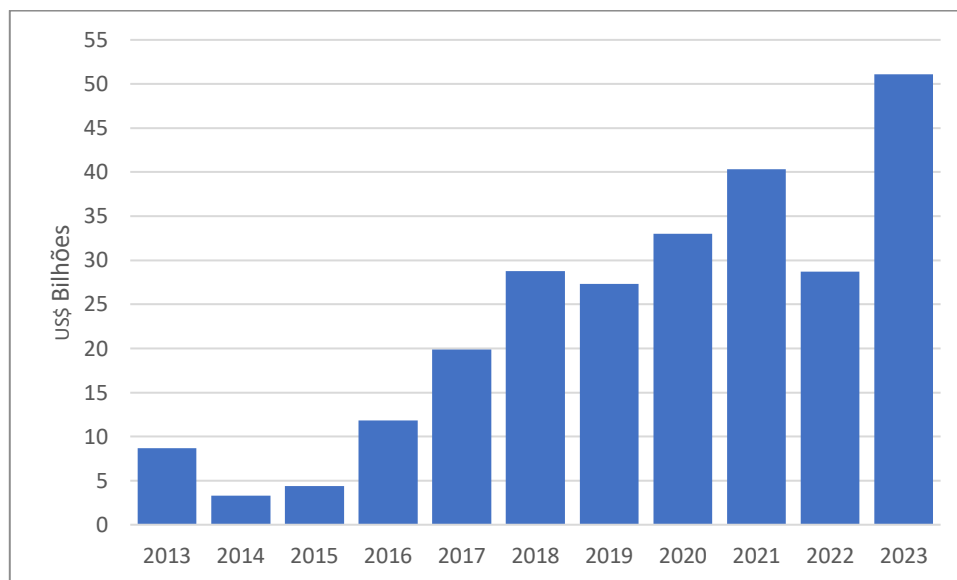
Em 2013, as exportações brasileiras para China somaram US\$46 bilhões, sendo compostas majoritariamente por *commodities*, como soja, petróleo bruto e minério de ferro. A partir de 2015, destacou-se o aumento das exportações de carne bovina para o mercado chinês, que alcançaram um pico de 8,9% do total em 2022. Em 2023, as exportações brasileiras destinadas à China atingiram US\$ 104 bilhões. Entre os principais produtos exportados no período, destacaram-se a soja (37% do total), minério de ferro (19%), petróleo bruto (19%), carne bovina congelada (5,5%) e milho (3,5%) (COMEXSTAT, 2024).

Em relação às importações brasileiras de origem chinesa, em 2023 estas totalizaram US\$ 53,1 bilhões, dos quais US\$ 23,7 bilhões corresponderam ao setor de máquinas (45% do total), US\$ 9,46 bilhões de produtos químicos (18%), US\$ 4,79 bilhões de metais (9%) e US\$ 3,41 bilhões de artigos têxteis (6,4%). Observa-se que não houve alteração de 2013 para 2023 quanto aos setores de destaque nas importações, somente o setor de artigos têxteis predominava sobre o setor dos metais (COMEXSTAT, 2024). Contudo, o crescimento em termos absolutos desse mesmo período é notável.

Apesar da assimetria qualitativa na balança comercial sino-brasileira, o Brasil mantém superávit comercial com a China, pelo menos, desde 2013. Em 2023 atingiu o maior valor da década, registrado em US\$ 51,1 bilhões. Nota-se que, por um lado, a China assegura o abastecimento de matérias-primas e penetra com produtos manufaturados, de alto valor agregado, no mercado brasileiro, o maior da América Latina. Por outro lado, o Brasil garante o superávit na balança de pagamentos, conforme apresentado no Gráfico 2.



Gráfico 2 - Saldo da balança comercial brasileira com a China 2013-2023.



Fonte: COMEXSTAT (2024).
Elaborado pelos autores (2024).

Deve-se registrar ainda que a partir do governo Trump (2017-2021) torna-se totalmente explícita a guerra comercial entre China e EUA, com o estabelecimento de uma série de sanções comerciais dos EUA à produtos e empresas chinesas, eventualmente acompanhado dos parceiros europeus dos EUA. A China, igualmente, passou a responder tais sanções impondo as suas próprias contramedidas às empresas ocidentais.

Dentre as ações realizadas pela China, uma afetou diretamente o Brasil. Com o objetivo de diminuir sua dependência da soja estadunidense, a China ampliou fortemente as importações de soja brasileira. Em 2013, aproximadamente, 46,36% das importações de *oilseed* chinesas eram provenientes do Brasil, avançando para 62,13% em 2023, enquanto as importações chinesas de soja dos EUA diminuíram de 32,24% em 2013 para 23,39% em 2023. Em valores absolutos, os EUA exportaram para China aproximadamente 13,31 bilhões de dólares em soja para a China em 2013 e 15.42 bilhões de dólares em soja em 2023 (UN CONTRADE, 2024).

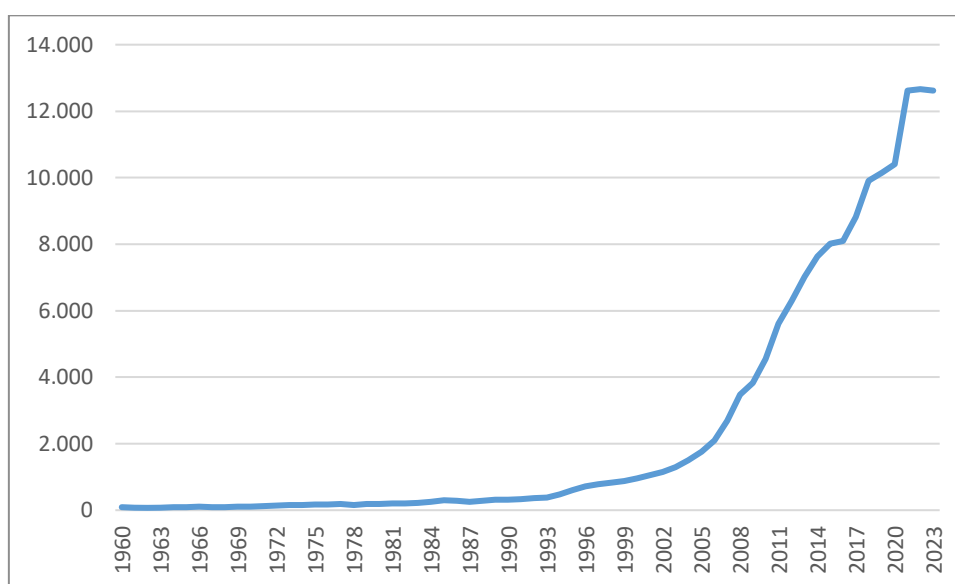
A China, na vigência do seu 12º plano quinquenal (2011-2015), direcionou a política econômica para construção de um Estado de bem-estar social com características chinesas, pautado, sobretudo, na expansão do mercado interno via consumo (China, 2011). Xi Jinping, eleito presidente em 2013, assumiu a tarefa histórica de enfrentar as desigualdades engendradas pelo intenso processo de crescimento econômico chinês nos 35 anos que o precederam. A renda *per capita* da China saltou de US\$ 4.550 mil em 2010



para US\$ 5.614 mil em 2011 e US\$ 12.21 mil em 2023, um crescimento de 124,74% em uma década (2011-2021), conforme destacado no Gráfico 3.

Como consequência dessa significativa expansão da renda e do consumo, o governo chinês incluiu no orçamento um novo conjunto da população que passou a consumir itens que não estavam habituados (a carne bovina, por exemplo). O incremento na renda *per capita* chinesa refletiu no comércio bilateral com o Brasil, de modo que as exportações de carne bovina congelada deste país, em 2014, totalizaram US\$ 456 mil, atingindo a máxima histórica com US\$ 7,95 bilhões em 2022 (COMEXSTAT, 2024).

Gráfico 3 - PIB per capita (US\$ corrente) da China (1960-2023).



Fonte: World Bank (2024).
Elaborado pelos autores (2024).

No que diz respeito aos IEDs, entre 2007 e 2022, concretizaram 235 projetos com valor estimado em US\$ 71,6 bilhões, distribuídos em 35,7% no setor de eletricidade, 23,4% na indústria manufatureira, 13,2% setores de Tecnologia da Informação, 6,4% em agricultura e serviços relacionados, 5,5% na extração de petróleo e gás, e serviços financeiros ficaram com 5,1%. Ao passo que outros investimentos participaram com valores inferiores a 4% individualmente (Cariello, 2023).

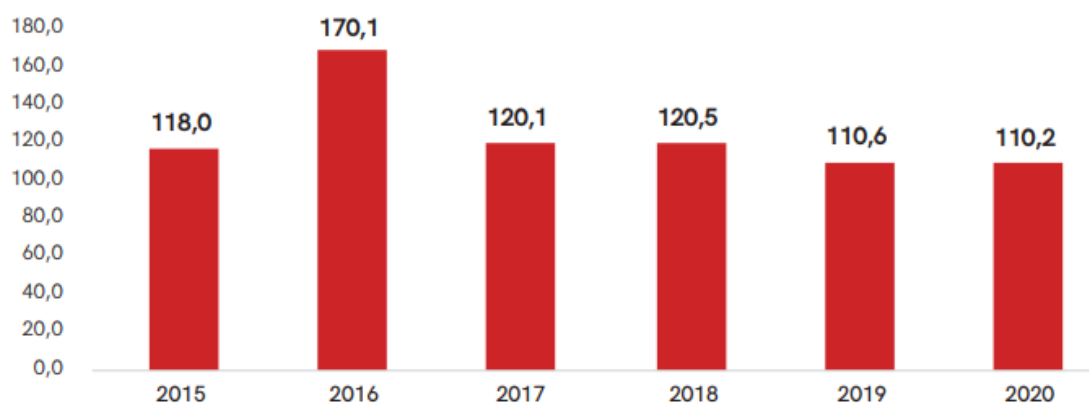
Em relação aos valores, o setor de eletricidade absorveu 45,5% do total investido, seguido do petróleo (30,4%), extração de minerais metálicos (6,2%), indústria manufatureira (4,4%), obras de infraestrutura (4,4%), agricultura e serviços relacionados (3,4%). Os demais setores individuais com fatias menores que 2%. Quanto à entrada de



investimentos, predominaram em número de projetos 49% *greenfield*¹, 42% fusões e aquisições e 10% joint-ventures. Entretanto, quando se trata de valor investido as fusões e aquisições se sobrepõe com 67% (Cariello, 2023).

Salienta-se que o fluxo de investimentos não-financeiros da China atingiu o nível recorde em 2016, em um montante de US\$ 170 bilhões, constituindo-se o primeiro ano em que os investimentos externos enviados para o exterior superaram a entrada destes no país (Cariello, 2021), retratado na Figura 1. A partir de então, os investimentos caíram a ponto de retornarem ao patamar anterior à 2015 em 2019 e 2020.

Figura 1 - Investimentos chineses no exterior, exceto financeiro.



Fonte: Ministério do Comércio da República Popular da China (MOFCOM).
Elaboração: Cariello (2021).

Scissors (2020) evoca que o declínio foi consequência das restrições impostas ao IED chinês pelo ocidente (Europa e EUA). Contudo tal análise é reduzida, e a declínio foi também por motivações internas. O momento de euforia que levou ao pico de investimentos chineses no exterior em 2016 gerou preocupações entre as autoridades chinesas, que perceberam uma grande fuga de capitais em empreendimentos de risco, os chamados “investimentos irracionais”. Dessa forma foi estabelecido pela Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma um marco regulatório para classificar e aprovar os investimentos no exterior em três grupos: investimentos encorajados pelo governo; investimentos com restrições; e setores proibidos (Huang e Le, 2018).

Para além disso, deve-se observar o contexto geopolítico global, com a guerra comercial sino-americana avançando, a política de Covid-zero implementada pelo

¹ Os investimentos *greenfield* referem-se à criação de empreendimentos em terrenos sem infraestrutura. Em contraposição, os *brownfield* consistem na aquisição ou renovação de ativos existentes.

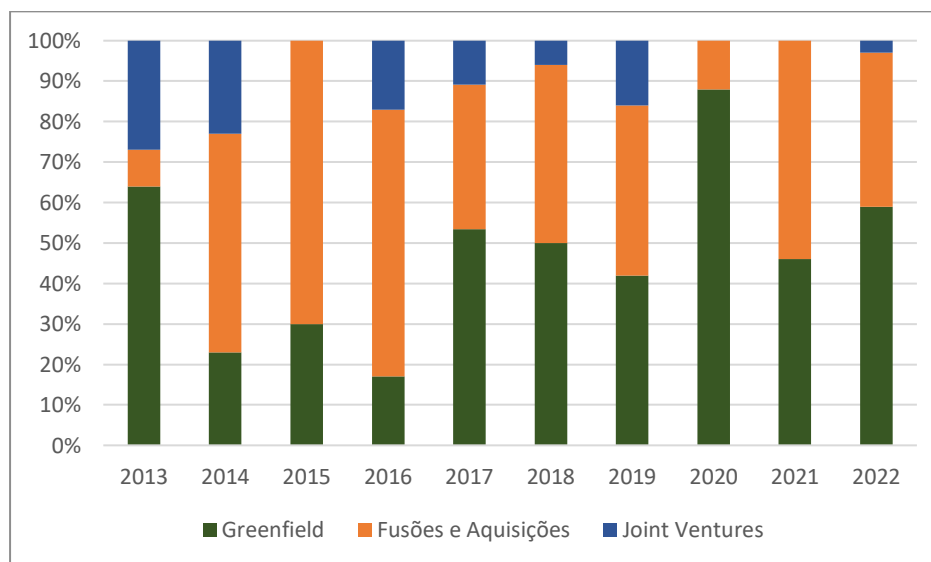


governo chinês durante a pandemia de coronavírus (2020-2022) e por fim a Operação Militar Especial da Rússia nos territórios russófonos da Ucrânia.

Os investimentos vinculados ao *Belt and Road Initiative*² foram, contudo, uma das exceções à regra de contenção de investimento chinês no exterior a partir do ano de 2016. De acordo com o Ministério do Comércio da China (2022), os aportes não financeiros na Nova Rota da Seda cresceram 18,3% entre 2019 e 2020, respondendo por 16,2% dos investimentos da China no exterior naquele ano, que foi o período de maior estagnação econômica em virtude da Covid-19. O Brasil, contudo, ficou à margem de tal iniciativa por opção política dos governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022), que conforme mencionado na segunda seção deste trabalho, optaram por uma reaproximação econômica e geopolítica com os EUA e Europa.

Analisando-se os Investimentos Estrangeiros Diretos (IEDs) observa-se ainda que no período 2013-2023, houve um aumento dos projetos anunciados e efetivados, após o pico em 2010, onde predominaram a entrada de capitais via *greenfield*, embora em 2014-2016 e 2021 as fusões e aquisições participaram com maior valor, conforme Gráfico 4.

Gráfico 4 - Modo de entrada dos capitais chineses no Brasil via investimento externo direto (2013-2022).



Fonte: Cariello (2023).
Elaborado pelos autores (2024).

² A “*Belt and Road Initiative*” (BRI), lançada pela China em 2013, visa fortalecer a conectividade e cooperação econômica global por meio do “Cinturão Econômico da Rota da Seda” (rotas terrestres) e da “Rota da Seda Marítima do Século XXI” (rotas marítimas) (Boer, 2021).



Em síntese, os dados apresentados nesta seção evidenciam a assimetria da dependência econômica existente entre Brasil e China. Conforme mencionado previamente, de acordo com o World Bank (2024), o Brasil exportou aproximadamente US\$ 104 bilhões à China no ano de 2023, se posicionando como o 6º maior fornecedor ao país, obtendo em torno de 5,5% do mercado chinês. Nesse mesmo ano, com compras oriundas da China no valor de aproximadamente US\$ 54 bilhões, o país foi o 17º maior comprador, sendo o destino de apenas 1,8% do total exportado pela China. O Brasil, por sua vez, tem a China como principal destino de suas exportações (com 37% do total) e como principal origem das suas importações (com 22% do total).

Embora na série histórica o Brasil venha gradativamente avançando posições na sua participação no mercado chinês, seus números ainda são muito modestos quando analisada a totalidade do mercado chinês. Outro fato importante que deve ser destacado, é que a China tem pouca concentração de negócios com um mesmo país, visando ficar pouco dependente de um único mercado. Os EUA, que são o principal parceiro da China, em 2023 obtiveram 7% das exportações e 15% das importações.

Por fim, embora este trabalho realize uma análise até o ano de 2023, ainda não é possível apontar mudanças evidentes na relação geoeconômica entre Brasil e China oriundas do retorno ao governo do presidente Lula da Silva. O primeiro ano do seu mandato foi regido por um orçamento aprovado pelo parlamento anterior, ainda sob o governo Bolsonaro. Destarte tais dificuldades, o novo governo assumiu com o compromisso de realizar uma reindustrialização do país, o que certamente afetaria a pauta exportadora. Recentemente, em julho de 2024, o presidente Lula da Silva, anunciou a intenção do Brasil negociar sua adesão a Iniciativa Cinturão e Rota, que a se confirmar, gerará novos contornos nas trocas comerciais e investimentos produtivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutiu-se sobre o notável processo de transformação econômica e social que a República Popular da China vem experimentando desde a revolução socialista de 1949. Esse processo transformou o país de uma nação semifeudal para uma competidora pela posição de maior economia global;



Argumentou-se que o Brasil, ao longo do período em estudo, passou por uma grave crise política, com consequências econômicas, com o golpe parlamentar contra a então presidenta Dilma Rousseff (2016) e a ascensão do governo profascista de Bolsonaro, a partir de 2019, o que afetaria sobremaneira as relações exteriores do país;

Demonstrou-se que relativamente à análise das trocas comerciais, a China tem aumentado gradualmente a sua participação nas negociações com o Brasil, e suplantou definitivamente os EUA da posição que ocupou durante quase um século como a maior parceria;

Analisou-se que o grau de aprofundamento das relações econômicas da China com o Brasil impediu que mesmo governos reacionários como o de Bolsonaro não conseguissem ir muito além da retórica nas suas relações com o país. Os interesses econômicos de grupos poderosos impuseram-se face a um discurso anticomunista por parte do então presidente;

Sintetizou-se que apesar dos altos e baixos ocasionais em termos numéricos, os investimentos chineses no Brasil foram crescentes e consistentes no período analisado, e que a partir da eventual adesão do Brasil à Iniciativa Cinturão e Rota, se abre uma nova janela de oportunidade para parcerias produtivas entre os dois países bem como a ampliação das trocas comerciais;

Por fim, é necessário ressaltar que embora o Brasil esteja entre os vinte primeiros parceiros comerciais da China, em termos relativos há uma grande disparidade da penetração chinesa no Brasil tendo em vista o alcance do Brasil no mercado chinês, tornando o Brasil muito mais dependente da China do que este do Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. D. S. **Elaboração de projeto, TCC, dissertação e tese**. São Paulo, SP: Atlas, 2011.

ANDERSON, P. **Duas revoluções: Rússia e China**. São Paulo, SP: Boitempo, 2018.

ARROYO, M. América Latina na aurora do século XXI: por uma busca de consensos ativos. **Ciência Geográfica**. Bauru, SP. v. 19. p. 16-23, 2015. Disponível em: http://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXIX_1/agb_xix1_versao_internet/Revista_AGB_dez2015-02.pdf. Acesso em: 8 jul. 2024.

AZEVEDO, B. **Brasil: inserção internacional pragmática; uma reflexão dos governos Geisel e Lula**. Curitiba: Appris, 2020.



BERNSTEIN, T. The Socialist Modernization of China Between Soviet Model and National Specificity 1949–1960s. In NAIMARK, N.; PONS, S.; JUDGE, S. Q. **The Cambridge History of Communism**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 196-219, 2017.

BOER, R. **Socialism with Chinese characteristics: A guide for foreigners**. Singapura: Springer, 2021.

BRASIL. **Agenda China: Ações Positivas para as Relações Econômico-Comerciais Sino-Brasileiras**. 2008. Disponível em: <https://www.cebc.org.br/sites/default/files/agenda-china.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2024.

CARIELLO, T. Crescimento econômico qualitativo, inovação e meio ambiente estarão no centro do desenvolvimento chinês entre 2021 e 2025. Rio de Janeiro, RJ: **Conselho Empresarial Brasil – China**, 2021.

CARIELLO, T. Investimentos chineses no Brasil 2022: tecnologia e transição energética. Rio de Janeiro, RJ: **Conselho Empresarial Brasil-China**, 2023.

CHINA. **12th Five-Year Plan (2011-2015) for National Economic and Social Development**. 2011. Disponível em: <https://www.greenpolicyplatform.org/sites/default/files/downloads/policy-database//CHINA%20The%2012th%20Five-Year%20Plan%20%282011-2015%29.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2024.

COMEXSTAT. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços–MDIC. **Exportação e importação geral**. 2024. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>. Acesso em 03 jul. 2024.

FAIRBANK, J. K. **China: A new history**. Boston: Belknap Press of Harvard University Press, 1992.

FERNANDES, L. E. Ofensiva imperialista e políticas públicas anticorrupção no Brasil. **L. Entropia**. Rio de Janeiro, RJ. v. 3. n. 6. p. 180-199, 2019. Disponível em: <http://entropia.slg.br/index.php/entropia/article/view/141>. Acesso em: 6 jul. 2024.

FIORI, J. L. Brasil e América do Sul: o desafio da inserção internacional soberana. **Textos para Discussão CEPAL-IPEA**. Brasília. v. 42. 34 p., 2011.

FIORI, J.L. **História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo**. São Paulo, SP: Boitempo, 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Leia a íntegra do Consenso de Buenos Aires**. São Paulo, SP. 16 de outubro de 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u54487.shtml>. Acesso em: 6 jul. 2024.

FRISCHTAK, C.; SOARES, A.; O’CONORT, T. Uma análise dos investimentos chineses no Brasil: 2007-2012. Rio de Janeiro, RJ: **Conselho Empresarial Brasil-China**, 2013.

GABRIELE, A. **Enterprises, Industry and Innovation in the People’s Republic of China**. Singapura: Springer Nature, 2020.

HARVEY, D. **A Brief History of Neoliberalism**. Oxford: Oxford University Press. Oxford, Oxford University Press. 2005.



HUANG, B.; LE, X. **ODI from the Middle Kingdom: What's next after the big turnaround?** China Economic Watch, BBVA, 2018. Disponível em: https://www.bbva.com/wp-content/uploads/2018/02/201802_ChinaWatch_China%20a-Outward-Investment_EDI.pdf . Acesso em: 06 jul. 2024.

JABBOUR, E. K. **Projeto nacional, desenvolvimento e socialismo de mercado na China de hoje**. São Paulo, SP: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP – Universidade de São Paulo, 2010. 389p. Tese (Doutorado em Geografia – Geografia Humana).

JABBOUR, E. K. **China Socialismo e Desenvolvimento – sete décadas depois**. São Paulo, SP: Anita Garibaldi, 2019.

JABBOUR, E. K.; DANTAS, A. The Political Economy of Reforms and the Chinese Present Transition. **Revista de Economia Política**. v. 37. n. 4 (149). p. 789-807, 2017.

JABBOUR, E. K.; DANTAS, A.; ESPÍNDOLA, C.; VELLOZO, J. A Nova Economia do Projeto: Reflexões sobre o Desenvolvimento Econômico Chinês. **Geosul**. Florianópolis, SC. v. 35. n. 77. p. 17-48, 2020.

LAMOSO, L. P. Reprimarização no território brasileiro. **Espaço e Economia**. n. 19. 32p, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/15957>. Acesso em: 06 jul. 2024.

LARDY, N. **Agriculture in China's Modern Economic Development**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

LEÃO, A. P. F. Política Externa Brasileira para a América do Sul: uma análise comparada entre os primeiros mandatos dos governos Lula e Dilma. **Boletim de Economia e Política Internacional**. n. 22. 2016.

LOSURDO, D. Has China Turned to Capitalism? — Reflections on the Transition from Capitalism to Socialism. **International Critical Thought**. v. 7. 2017.

MEDEIROS, C. A. Padrões de investimento, mudança institucional e transformação estrutural na economia chinesa. In: GALVÃO, A. C. F.; BIELSCHOWSKY, R. **Padrões de desenvolvimento econômico (1950–2008): América Latina, Ásia e Rússia**. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013.

MEDEIROS, C. A. **Desenvolvimentismo com Características Chinesas**. Petrolina, PB: Mimeo, 2022.

MIER, B. **The US & Brasil's Coup of 2016**. 2017. Disponível em: <https://www.brasilwire.com/us-brasil-coup/>. Acesso em: 6 jul. 2024.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Ministério da Fazenda amplia estimativa de crescimento do Produto Interno Bruto de 2024 para 3,3%**. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2024/novembro/ministerio-da-fazenda-amplia-estimativa-de-crescimento-do-produto-interno-bruto-de-2024-para-3-3> . Acesso em: 18 nov. 2024.

MINISTRY OF COMMERCE, PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. MOFCOM. **Department Official of Outward Investment and Economic Cooperation**. Disponível em: <http://english.mofcom.gov.cn/>. Acesso em: 10 jun. 2022.



- MÜLLER, P. N. Negócio da China: a relação entre mídia e poder na diplomacia do Governo Geisel (1974-1979). **Revista Crítica Histórica**. v. 10. n. 20. p. 137-155, 2019.
- MURTA, L. R.; BRASIL, G. H.; SAMOBYL, R. W. Crise monetário brasileira de 1999: uma análise econométrica da desvalorização do real em 1999. **XXXV SBPO**. Natal, RN. 2003.
- NAUGHTON, B.; TSAI, K. S. **State Capitalism, Institutional Adaptation, and the Chinese Miracle**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- NEDOPIL W. C. **China's Investments in the Belt and Road Initiative (BRI) in 2020**. Green BRI Center – International Institute of Green Finance (IIGF). Pequim. 2021. Disponível em: <https://green-bri.org/wp-content/uploads/2021/01/China-BRI-Investment-Report-2020.pdf> . Acesso em: 29 mai. 2022.
- NOGUEIRA, I. Acumulação, Distribuição e Estratégia sob Mao: Legados do maoísmo para o desenvolvimento da China. **Revista Carta Inter**. Belo Horizonte, MG. v. 14. n. 2. p. 27-51, 2019.
- PAULA, L. F.; JABBOUR, E. A China e seu catching up: uma análise desenvolvimentista clássica. **Prêmio ABDE-BID**. Edição 2016 (coletânea de trabalhos). Rio de Janeiro, RJ: ABDE-BID, 2017.
- POZO, J. del. **História da América Latina e do Caribe: dos processos de independência aos dias atuais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- RISKIN, C. **China's Political Economy: The Quest for Development since 1949**. Oxford: Oxford University Press, 1987.
- RONG, Z. *et al.* **Agriculture in Contemporary China**. Pequim: Contemporary China Press, 1992.
- SCISSORS, D. **China's global investment vanishes under COVID-19**. Washington: American Enterprise Institute, 2020.
- SILVEIRA, R. B. **Parlamento do Mercosul: gênese, avanços e recuos e a influência na superestrutura do Mercosul**. Florianópolis, SC: Centro de Filosofia e Ciências Humanas - UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina, 2021. 416p. Tese (Doutorado em Geografia).
- SILVEIRA, R. B. Análise das relações geoeconômica China – Mercosul pós 2003. **Geosul**. Florianópolis, SC. v. 38. n. 86. p. 370-400, 2023.
- SPENCE, J. D. **The Search for Modern China**. New York: Norton, 1990.
- UN COMTRADE. **United Nations Commodity Trade**, New York, 2024. Disponível em: <https://comtradeplus.un.org/>. Acesso em: 13 jul. 2024.
- XIAOPING, D. **Selected works of Deng Xiaoping: Vol. 4 (1992-1995)**. Pequim: Foreign Languages Press, 2011.
- WORLD BANK. **DataBank**. 2024. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/>. Acesso em: 04 jul. 2024.



WORLD INTELLECTUAL PROPERTY. Geneva, [2022]. Disponível em:
<https://www3.wipo.int/contact/en>. Acesso em: 5 jul. 2024.

Recebido em julho de 2024.

Revisão realizada em setembro de 2024.

Aceito para publicação em novembro de 2024.

